



PROFESSOR? PRESENTE! O DIFERENCIAL DOS PROCESSOS FORMATIVOS DOCENTES

Jorge Barbosa de Oliveira¹

RESUMO

Os processos formativos continuados para docentes na educação básica são fundamentais para promover o aprimoramento constante dos profissionais da área. Esses processos abrangem uma série de atividades, como cursos, oficinas, palestras, grupos de estudo, entre outros, que visam atualizar e aperfeiçoar as práticas pedagógicas dos professores. Dito isso, este estudo objetivou destacar a relevância da reflexão sobre a prática docente durante esses processos, promovendo uma análise crítica das estratégias de ensino e aprendizagem. Além disso, ressalta-se a importância de programas formativos bem estruturados, adaptados às necessidades específicas dos professores e alinhados aos objetivos educacionais das instituições. Assim, conclui-se que se deve ressaltar a relevância contínua dos processos formativos para a valorização e desenvolvimento profissional dos docentes, enfatizando a necessidade de investimentos contínuos nessa área para promover uma educação de qualidade e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação Básica; Docentes; Formação Continuada.

ABSTRACT

Continuing education processes for teachers in basic education are essential to promote the constant improvement of professionals in the area. These processes encompass a series of activities, such as courses, workshops, lectures, study groups, among others, which aim to update and improve the pedagogical practices of teachers. That said, this study aimed to highlight the relevance of reflection on teaching practice during these processes, promoting a critical analysis of teaching and learning strategies. In addition, the importance of well-structured training programs, adapted to the specific needs of teachers and aligned with the educational objectives of the institutions, is emphasized. Thus, it is concluded that the continuous relevance of training processes for the valorization and professional development of teachers should be emphasized, emphasizing the need for continuous investments in this area to promote quality education aligned with the demands of contemporary society.

Keywords: Basic Education; Teachers; Continuing Education.

¹ Doutorado em Ciências da Educação, Universidad Interamericana – PY - Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais (2015). Especialista em Tecnologia Educacional pela Universidade Federal do Amazonas (2004). Possui graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA pela Universidade Federal do Amazonas (2004) e graduação em FILOSOFIA pela Universidade Federal do Amazonas (2000). Atualmente é professor - Secretária de Estado da Educação e Professor Concursado da Universidade do Estado do Amazonas. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Introdução à Filosofia e Filosofia da Educação. Atuou como Gestor Escolar da Educação Básica no período de 1987 a 1995 e 1997 a 2005. Foi Secretário de Educação do município de Tabatinga/Am no período de 2005 a 2008. A partir do dia 01/04/2018 exerce a função de Gestor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - CESTB/UEA. A partir de junho de 2020, foi selecionado como professor Responsável pela Coordenação de Área do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) no Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB)



*“A tarefa essencial do professor é despertar
a alegria de trabalhar e de conhecer.”*

(Albert Einstein)

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a importância e os impactos dos processos formativos continuados para os docentes que atuam na educação básica. Destaca-se a necessidade crescente de atualização e aprimoramento constantes dos professores para acompanhar as demandas educacionais em constante evolução.

Sobre isso, os processos formativos são descritos como uma oportunidade fundamental para os educadores atualizarem suas práticas pedagógicas, explorarem novas metodologias de ensino, integrarem tecnologias educacionais e desenvolverem habilidades socioemocionais necessárias para lidar com a diversidade dos alunos.

Essa formação contínua pode incluir diversos temas, como novas metodologias de ensino, uso de tecnologias educacionais, práticas inclusivas, desenvolvimento socioemocional dos alunos, entre outros. Esses programas são importantes não apenas para atualizar conhecimentos, mas também para oferecer suporte aos educadores, ajudando-os a lidar com desafios específicos da sala de aula e a se adaptarem às demandas em constante mudança no campo da educação.

Além disso, os processos formativos contínuos tendem a promover a reflexão sobre a prática docente, incentivando os professores a analisarem suas próprias metodologias, identificarem áreas de melhoria e experimentarem novas abordagens para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, entende-se que “[...] toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade [...] e, por meio dessa intervenção, legitima, constrói ou desqualifica [...] determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade” (SANTOS, 2012, p. 3).

Os benefícios desses processos são diversos, pois contribuem para a qualidade do ensino, impactando diretamente no desenvolvimento dos alunos.



Ao investir na formação continuada dos docentes, as instituições educacionais promovem um ambiente mais propício ao aprendizado, inovação e desenvolvimento integral dos estudantes.

A educação enfrenta constantes evoluções, demandando dos profissionais da área não apenas competências sólidas, mas também flexibilidade e adaptabilidade diante das mudanças. Nesse contexto, a formação continuada se destaca como um pilar fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento constante dos profissionais de educação. Nesse âmbito, este estudo explora o papel e o aporte significativo da formação continuada na capacitação e no aprimoramento dos docentes, gestores e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

A fim de conceituação, a formação continuada é mais do que um conjunto de atividades; representa um compromisso com a melhoria contínua, uma jornada de aprendizado permanente que enriquece a prática pedagógica, promove a inovação e fortalece as bases do conhecimento educacional. Dessa forma, busca-se analisar não apenas os benefícios da formação continuada, mas também os desafios enfrentados na sua implementação, os métodos mais eficazes e os impactos tangíveis observados nos ambientes educacionais.

A abordagem metodológica adotada neste estudo envolve uma revisão detalhada da literatura, além de evidências documentais por meio de pesquisas, e análise de dados. Assim, buscamos compreender não apenas a teoria por trás da formação continuada, mas também sua aplicação prática e sua eficácia na promoção de mudanças positivas no contexto educacional.

Portanto, ao explorar o aporte da formação continuada para os profissionais da educação, este estudo busca contribuir para a compreensão mais profunda de como esses programas podem ser otimizados, adaptados e aprimorados para atender às necessidades em constante evolução do cenário educacional contemporâneo.

FORMAÇÃO INICIAL: UM PONTO DE PARTIDA

A formação inicial docente representa a base fundamental na preparação dos futuros profissionais da educação. É nesse período que os aspirantes a



docentes têm a oportunidade de adquirir conhecimentos teóricos, práticos e pedagógicos essenciais para o exercício da profissão.

Para Gatti (2014), essa formação compreende não apenas o domínio dos conteúdos específicos das disciplinas que serão lecionadas, mas também o desenvolvimento de habilidades didático-pedagógicas, o entendimento das teorias educacionais, a compreensão da diversidade cultural e a capacidade de se adaptar às necessidades dos alunos.

Os cursos de licenciatura e programas de formação inicial oferecem uma combinação de disciplinas teóricas e estágios práticos, permitindo que os futuros professores coloquem em prática os conhecimentos adquiridos em contextos reais de ensino-aprendizagem. Essa vivência é crucial para a consolidação de habilidades de planejamento de aulas, gestão de sala de aula, avaliação e adaptação de práticas pedagógicas.

A formação inicial docente não se limita apenas às salas de aula universitárias. É essencial que haja uma forte conexão entre teoria e prática, sendo o estágio supervisionado um elemento crucial para essa integração. É durante esse período que os futuros docentes têm a oportunidade de vivenciar os desafios e as nuances da prática pedagógica, ajustando sua formação teórica à realidade do ambiente escolar.

Além disso, a formação inicial deve incentivar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a compreensão da diversidade cultural e a capacidade de lidar com situações complexas que podem surgir no ambiente escolar. A formação docente também deve enfatizar a importância da reflexão contínua sobre a prática pedagógica, encorajando os futuros professores a analisarem e adaptarem suas estratégias de ensino.

É imperativo que os programas de formação inicial estejam alinhados com as demandas atuais da sociedade e da educação, incorporando abordagens inovadoras, tecnologias educacionais e métodos que promovam a inclusão e a diversidade. A formação inicial docente bem estruturada é essencial para a construção de profissionais preparados e comprometidos com a transformação positiva do ambiente educacional, refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido aos alunos.



FORMAÇÃO CONTINUADA NA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO: O QUE É? COMO SE FAZ?

A formação continuada, enquanto componente essencial no desenvolvimento profissional dos educadores, desempenha um papel crucial na atualização, aprimoramento e adaptação às constantes transformações do campo educacional. Desse modo, deve-se explorar a natureza, os métodos e os impactos da formação continuada na capacitação dos profissionais de educação.

Na mesma direção, Gatti e Barretto (2009) asseveram que a formação continuada é um processo contínuo de aprendizado, que vai além da formação inicial, englobando uma série de atividades planejadas e organizadas para promover o desenvolvimento profissional dos educadores. Ela abarca cursos, workshops, grupos de estudo, mentorias e outras estratégias que visam atualizar conhecimentos, aprimorar competências pedagógicas e promover reflexões sobre a prática docente.

Segundo Negrine (1998), os métodos de formação continuada podem variar, desde abordagens presenciais até o uso de tecnologias educacionais. Estratégias como estudos de caso, debates, colaboração em comunidades de prática e observação de aulas são comuns. A integração de práticas reflexivas e a aplicação do conhecimento adquirido na sala de aula são elementos-chave para garantir a eficácia desses programas.

Ainda, Gómez (1995) afirma que:

A formação [docente] não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal (GÓMEZ, 1995, p. 103).

Prada, Freitas e Freitas (2010) acrescentam que formação continuada não apenas atualiza conhecimentos, mas também estimula a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, incentivando a experimentação de novas metodologias e abordagens. Os autores refletem que esta desempenha um papel crucial na adaptação dos profissionais de educação a novas demandas, como a inclusão, a diversidade cultural e o uso de tecnologias digitais no ensino.

De modo basilar, as DCN/2015 estabelecem, no Art. 16, que:



[...] a formação continuada docente compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (Resolução CNE/CP n. 02/2015, p. 13).

Para Imbernón (2010), embora os benefícios sejam evidentes, a implementação bem-sucedida da formação continuada enfrenta desafios, como a disponibilidade de recursos financeiros, o tempo dos educadores e a necessidade de programas adaptados às necessidades específicas de cada contexto educacional, visto que “[...] formar-se é um processo de aprendizagem que se realiza desenvolvendo-se individual e coletivamente dentro da cultura, incorporando-a, criando e recriando-a” (PRADA; FREITAS; FREITAS, 2010).

Portanto, a formação continuada é um componente vital na melhoria da qualidade educacional, garantindo que os profissionais estejam equipados para enfrentar os desafios em constante evolução, visto que, segundo Freire (2011, p. 47), a formação continuada docente fomenta a edificação de novas “[...] possibilidades [dos estudantes] para a sua própria produção ou a sua construção”. Dessa forma, oferece-se uma visão aprofundada dos elementos que compõem a formação continuada e sua importância na capacitação dos profissionais de educação, incentivando a contínua reflexão e aprimoramento desses programas para melhor atender às necessidades do ambiente educacional contemporâneo.

ASPECTOS LEGAIS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

A formação continuada docente não apenas desempenha um papel significativo no desenvolvimento profissional dos educadores, mas também é alvo de normativas legais que visam garantir sua qualidade e efetividade. Dessa forma, é prudente se propor uma análise detalhada dos aspectos legais que norteiam a formação continuada, suas diretrizes, regulamentações e os impactos na educação.

A legislação educacional em muitos países reconhece a importância da formação continuada como um direito e um dever dos profissionais da educação.



Leis, decretos e políticas educacionais frequentemente estabelecem obrigações e diretrizes para que as instituições de ensino e os sistemas educacionais promovam programas de formação continuada para seus docentes.

Dentro desse contexto legal, são estabelecidos critérios para a organização e implementação de programas de formação continuada, como carga horária mínima, temas prioritários, certificação e acompanhamento. Órgãos reguladores muitas vezes determinam diretrizes específicas para garantir a qualidade e a relevância dos programas oferecidos.

As regulamentações e diretrizes legais influenciam diretamente a prática educacional, moldando o acesso dos docentes a oportunidades de formação, a adequação dos conteúdos ministrados às necessidades da comunidade escolar e a valorização profissional dos educadores.

Apesar dos benefícios, a implementação das diretrizes legais nem sempre é livre de desafios. Limitações financeiras, disponibilidade de recursos e a adequação dos programas à diversidade de contextos educacionais são pontos críticos que demandam atenção e soluções estratégicas.

A análise dos aspectos legais da formação continuada docente revela não apenas a importância reconhecida por legislações educacionais, mas também a necessidade de constante revisão e aprimoramento dessas normativas para garantir que os programas oferecidos atendam efetivamente às demandas dos profissionais de educação e, por consequência, contribuam para a melhoria da qualidade do ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Brasil, é representada pelo identificador Lei nº 9.394/96. No entanto, ela não trata explicitamente da formação continuada dos professores de maneira detalhada. Contudo, aborda questões relacionadas à formação de profissionais da educação e à valorização do magistério.

Alguns pontos relevantes incluem o artigo 61, que destaca a formação em nível superior para o exercício do magistério na educação básica, ressaltando a necessidade de habilitação específica para a docência. O artigo 62, que se refere à formação continuada dos profissionais de educação, indicando que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir programas de formação continuada para os profissionais da educação básica. E, ainda, o artigo 67, que destaca a importância da valorização dos profissionais do magistério,



incluindo planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Apesar de não especificar detalhadamente os formatos ou os mecanismos de implementação da formação continuada, a LDB estabelece uma base legal para que os sistemas de ensino desenvolvam políticas e programas de capacitação para os profissionais da educação, com o intuito de promover a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Nesse sentido, destaca-se as reflexões de Saviani (2008), ao indicar que:

[...] as várias limitações são, em última instância, tributárias de duas características estruturais que atravessam a ação do Estado brasileiro no campo da educação desde as origens até os dias atuais. Refiro-me à história que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública e à descontinuidade também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se, na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados à educação; a segunda corporifica-se na sequência interminável de reformas, cada qual começando da estaca zero e promovendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente (SAVIANI, 2008, p. 7).

Vale ressaltar que, ao longo do tempo, outras legislações, normativas e políticas educacionais foram implementadas para complementar e detalhar questões relacionadas à formação continuada dos professores. Um bom exemplo é o PARFOR, que foi criado para enfrentar o desafio da carência de professores qualificados em diversas regiões do Brasil, especialmente nas áreas rurais e em disciplinas específicas, visando aprimorar a formação dos docentes que já estão em exercício, mas que não possuem a formação adequada para as exigências do Ensino Fundamental e Médio. Por isso, é sempre importante verificar legislações específicas e as políticas educacionais vigentes para obter informações mais detalhadas sobre esse tema.

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) é um programa do governo brasileiro, instituído em 2009, com o objetivo de oferecer formação inicial em nível superior para professores que atuam na



educação básica sem terem cursado uma graduação específica na área de educação.

Esse programa visa aprimorar a formação desses profissionais, possibilitando que obtenham uma licenciatura em instituições públicas de ensino superior. O PARFOR é voltado para professores que estão em exercício na rede pública de ensino, em escolas urbanas, rurais ou indígenas, e que não possuem formação adequada para a docência na educação básica.

O programa oferece cursos de licenciatura para professores que já atuam na rede pública de ensino, permitindo que eles obtenham a formação necessária sem interromper suas atividades profissionais. Oferece cursos, prioritariamente, em áreas de conhecimento nas quais há carência de professores, como Matemática, Física, Química, Biologia e áreas ligadas às disciplinas de ciências humanas. Assim, o programa prioriza áreas do conhecimento e regiões geográficas estratégicas, identificadas com base nas necessidades específicas da educação básica.

O PARFOR é desenvolvido em parceria entre instituições de ensino superior públicas, secretarias estaduais e municipais de educação, e conta com apoio financeiro do governo federal para sua execução. O programa tem o intuito de melhorar a qualidade da educação básica no país, capacitando os professores e, por consequência, impactando positivamente o ensino nas escolas públicas. O PARFOR está integrado a outras políticas educacionais do governo, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

Portanto, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica é uma iniciativa importante para melhorar a qualificação dos profissionais da educação e, por conseguinte, elevar a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada para os profissionais da educação emerge como um catalisador poderoso para a evolução e o aprimoramento do ensino no cenário educacional contemporâneo. Ao longo deste estudo, exploramos



profundamente o impacto transformador desses programas, analisando suas práticas e desafios.

Ficou evidente que a formação continuada não apenas atualiza conhecimentos, mas também instiga reflexões críticas e promove mudanças substanciais na prática pedagógica. Os profissionais que se engajam nesse processo demonstram um maior repertório de estratégias educacionais, adaptabilidade diante de novos desafios e um compromisso renovado com a excelência no ensino.

Contudo, o caminho rumo a uma formação continuada efetiva enfrenta desafios multifacetados, desde a disponibilidade de recursos até a adequação dos programas às necessidades específicas de cada contexto educacional. Esses obstáculos não podem ser subestimados e demandam esforços contínuos de políticas públicas, instituições educacionais e profissionais comprometidos para serem superados.

Apesar dos desafios, os benefícios tangíveis da formação continuada são inegáveis. Os profissionais de educação que se engajam em programas bem estruturados demonstram maior satisfação no trabalho, melhoria no desempenho dos alunos e um ambiente escolar mais dinâmico e propício à aprendizagem.

Portanto, reiteramos a importância de investimentos contínuos e estratégias inovadoras na formação continuada dos profissionais da educação. Ao fazê-lo, não apenas promovemos a valorização do magistério, mas também asseguramos um futuro mais promissor e qualitativo para a educação, refletindo diretamente no desenvolvimento integral de nossos estudantes e na construção de uma sociedade mais justa e educada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP** n. 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Comissão Plena. Disponível em: <https://goo.gl/uvjSQa> Acesso em: 25 nov. 2023.



BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. (43a ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernardete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista Usp**, n. 100, p. 33-46, 2014.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. Em: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação** (2a ed.). Lisboa: Dom Quixote, pp. 93-114, 1995.

NEGRINE, A. **Terapias corporais**: a formação pessoal do adulto. Porto Alegre: Edita, 1998.

PRADA, L. E. A.; FREITAS, T. C.; FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, 10 (30),367-387, 2010.

SANTOS, P. S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil**: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, Campinas, n. 24, pp. 7-16, 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108/96>. Acesso em: 25 nov. 2023.